

AUTISMO: NEURODIVERSIDADE E MODELO SOCIAL

Fernanda Meneghel Cadore ¹

Carla Beatris Valentini ²

RESUMO

Este estudo propõe reflexões teóricas baseadas nas concepções da autora Judy Singer, pioneira no conceito de Neurodiversidade, e no modelo social do autismo e suas interconexões com a temática. O objetivo da pesquisa é apresentar e analisar os conceitos de neurodiversidade e modelo social como fundamentos críticos frente à hegemonia do modelo médico. A investigação será realizada por meio de uma revisão bibliográfica. O autismo, enquanto um transtorno do neurodesenvolvimento, afeta significativamente a comunicação, o comportamento e a interação social, manifestando-se de maneiras diversas entre diferentes pessoas. Em 1998, Judy Singer, socióloga, apresentou o conceito de neurodiversidade como uma crítica ao modelo médico convencional, almejando desestigmatizar o autismo e reconfigurar sua ontologia. Com base em teorias feministas e na perspectiva do modelo social, a neurodiversidade sugere que o autismo deve ser compreendido não como uma deficiência a ser eliminada, mas como uma variação neurológica que ilustra a diversidade humana. Desse modo, o movimento da neurodiversidade argumenta que as dificuldades enfrentadas por indivíduos autistas são consequência de uma sociedade inadequada, propondo uma transformação social que promova a inclusão e a aceitação dessas diferenças. No modelo social, os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência não são mais vistos como individuais, mas sim como obstáculos impostos pela sociedade. Em síntese, tanto o modelo social quanto a neurodiversidade colocam em questionamento a concepção tradicional de que o autismo é uma deficiência que necessita de correção. Eles incentivam a aceitação das diferenças e buscam construir uma sociedade mais inclusiva, na qual as pessoas autistas possam viver de forma autêntica e digna.

Palavras-chave: Autismo, Neurodiversidade, Modelo Social.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, fmeneghe@ucs.br;

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, cbvalent@ucs.br.



1. Introdução

O autismo tem sido, ao longo da história, abordado através de uma visão médica que atualmente o caracteriza como um transtorno do neurodesenvolvimento. Essa condição se manifesta por meio de dificuldades na comunicação, na interação social e em comportamentos (APA, 2023). Essa abordagem, fundamentada no modelo biomédico, destaca a disfunção do indivíduo, a padronização das ações e a tentativa de corrigir as singularidades. Assim, o autismo é visto como uma variação em relação a um modelo de funcionamento considerado “normal”, o que favorece a patologização da diversidade neurológica (ORTEGA, 2009).

Nos últimos anos, surgiram movimentos teóricos, políticos e de ativismo que têm desafiado essa perspectiva, sugerindo novas maneiras de entender o autismo e a diversidade humana. Essas iniciativas representam uma transformação de paradigma em que as ciências humanas e sociais começam a analisar os discursos que definem o que é considerado “normal” e o que precisa ser “corrigido”. Como aponta Goodley (2016), abordar a deficiência e o autismo apenas pela lente médica significa desconsiderar as dimensões culturais e políticas das diferenças humanas e, ao fazer isso, reforçar o que o autor chama de *ableism* ou capacitismo estrutural³, um sistema que favorece certos modos de ser e pensar em detrimento de outros.

Nesse cenário, destaca-se a contribuição de Judy Singer (1998), uma socióloga australiana e ativista autista que criou o termo neurodiversidade. Esse conceito afirma que as variações neurológicas, como autismo, dislexia e TDAH, fazem parte da diversidade inerente à humanidade. Influenciada por correntes feministas e pelo modelo social da deficiência, Singer sugere uma mudança de perspectiva: em vez de focar na patologia, deve-se valorizar a diversidade; em vez de enxergar um *déficit*, é necessário reconhecer a diferença. Ao desafiar a autoridade normativa das ciências médicas sobre as diversas formas de ser e existir, a autora abriu caminho para um campo conceitual e político que visa redefinir o autismo, não como uma deficiência a ser erradicada, mas como uma manifestação válida de subjetividade e experiência humana (SINGER, 1998; ORTEGA, 2009).

³ O capacitismo estrutural é um tipo de discriminação e desigualdade contra pessoas com deficiência que se perpetua por meio de padrões sistêmicos, institucionais e estruturais na sociedade (Gesser, *et al.* 2020).



O modelo social da deficiência, desenvolvido por pensadores como Michael Oliver (1990) e Tom Shakespeare (2006), alinha-se a essa visão ao afirmar que as restrições enfrentadas por indivíduos com deficiência não são fruto apenas de suas condições físicas, mas sim das barreiras físicas, comunicativas e simbólicas estabelecidas pela sociedade. Esse ponto de vista muda o foco da investigação do aspecto biológico para o âmbito das interações sociais, destacando que a estrutura social, e não a diversidade em si, é responsável pelos processos de exclusão.

Assim, tanto o modelo social da deficiência quanto a abordagem da neurodiversidade sugerem uma reavaliação ética e política: enxergar a diversidade não como uma falta, mas como uma força, uma expressão válida da diversidade humana. No âmbito das ciências humanas, essa mudança de perspectiva se alinha com os postulados da Teoria Histórico-Cultural, especialmente nas afirmações de Vigotski (1997) e Smolka (2000) de que o indivíduo se forma por meio de relações sociais mediadas pela linguagem, onde a diferença se configura como elemento essencial do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, o autismo pode ser visto como uma modalidade particular de mediação simbólica e criação de significados.

O debate em torno da neurodiversidade vai além do âmbito clínico, abrangendo questões éticas, políticas e de conhecimento. Ele desafia as maneiras pelas quais a ciência, as instituições e a cultura moldam determinadas identidades como anormais, propondo uma perspectiva que valorize as diversas maneiras de existir, perceber e se expressar.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e analisar os conceitos de neurodiversidade e de modelo social da deficiência como fundamentos críticos frente à hegemonia do modelo médico. A partir de uma revisão bibliográfica, busca-se contribuir para a construção de uma compreensão mais inclusiva e plural do autismo, reconhecendo-o como parte legítima da diversidade humana.

2. Fundamentação Teórica

2.1 O Modelo Médico do autismo: limites e críticas

Atualmente, o autismo é visto pelo modelo biomédico como um transtorno do neurodesenvolvimento, sendo essencialmente caracterizado por dificuldades em três



aspectos: comunicação, interação social e padrões de comportamento repetitivos ou limitados (APA, 2023). Essa visão serve de base para as classificações diagnósticas comumente adotadas, como o DSM-5-TR e o CID-11, e direciona intervenções terapêuticas que têm como foco a reabilitação de comportamentos considerados "atípicos".

A crítica a esse modelo se baseia na sua tendência de uniformizar as experiências de pessoas autistas, desconsiderando suas dimensões subjetivas, emocionais e sociais. Conforme apontam Pellicano et al. (2014), a ênfase única no *déficit* prejudica a escuta das próprias pessoas autistas e restringe a compreensão de suas maneiras únicas de vivência e expressão.

Ao discutir a questão da medicalização, autoras como Diniz (2012) e Araújo (2019) destacam os riscos associados a esse fenômeno, especialmente durante a infância e a adolescência. Elas alertam que um diagnóstico, se não estiver acompanhado de práticas que respeitem a diversidade e incentivem a aceitação das diferenças, pode transformar-se em um meio de exclusão, fortalecendo abordagens normativas e patologizantes.

2.2 Neurodiversidade: do conceito ao movimento social

O conceito de neurodiversidade foi introduzido por Judy Singer em 1998, durante sua pesquisa de mestrado e a partir de suas vivências como mulher, filha e mãe de pessoas no espectro autista. Influenciada por movimentos sociais, direitos civis e o feminismo, Singer defende que, assim como existem diversas expressões étnicas, culturais e sexuais, também há uma variedade neurológica. Nesse sentido, condições como autismo, TDAH, dislexia e outras diferenças cognitivas não devem ser vistas como doenças, mas sim como variantes naturais do funcionamento cerebral humano.

A neurodiversidade é mais do que um simples conceito acadêmico; é um movimento político. Comunidades autistas globalmente têm lutado pelo direito de se autodefinirem, de serem incluídas nas decisões que impactam suas vidas e de serem reconhecidas como sujeitos plenos. A frase “Nada sobre nós sem nós”, oriunda do movimento das pessoas com deficiência, resume essa demanda por protagonismo e autonomia (CHARLTON, 1998).



Essa perspectiva questiona as normas neurotípicas como referência de padrão de funcionalidade e valor. Em lugar de se esforçar pela normatização, a proposta do movimento é promover a aceitação, o respeito e a valorização das diferenças, considerando esses elementos como fundamentais para direcionar tanto as práticas sociais quanto as políticas educacionais e públicas.

2.3 O Modelo Social da Deficiência e a articulação com o autismo

O modelo social da deficiência, que foi inicialmente proposto por Michael Oliver em 1990 e aprimorada por Tom Shakespeare em 2006, sugere que a deficiência deve ser vista como uma construção social. Nessa visão, não é o corpo que restringe a participação, mas sim as barreiras físicas, comunicativas e simbólicas que a sociedade impõe. Assim, a atenção se volta do indivíduo para o ambiente, das limitações pessoais para as condições sociais que geram exclusão.

Estamos diante de uma transformação significativa, pois se admite que a deficiência é uma vivência que envolve relações sociais e questões políticas. Dessa forma, a trajetória das pessoas com deficiência passa a se centrar na defesa de seus direitos, na melhoria da acessibilidade e na valorização da diversidade, em vez de se restringir apenas a tratamentos terapêuticos ou adaptações.

Ao aplicar essa lógica ao autismo, entende-se que os principais obstáculos enfrentados por pessoas autistas, como dificuldades na comunicação, na educação, no mercado de trabalho e na interação social, não se originam de seu funcionamento neurológico, mas sim da falta de acessibilidade, da inflexibilidade das normas sociais e do capacitismo enraizado nas instituições.

2.4. Interfaces com a educação e a inclusão

A inserção das ideias de neurodiversidade e do modelo social da deficiência nos debates sobre educação inclusiva provoca uma reavaliação das práticas pedagógicas que tendem à uniformidade, à correção de comportamentos e ao controle excessivo. Essas abordagens promovem uma mudança tanto ética quanto epistêmica: em vez de concentrar-se na adaptação do indivíduo à norma, a proposta é transformar a escola em



um espaço de produção de sentidos, relações e pertencimentos. Como destacam Baglieri e Shapiro (2012), olhar para a deficiência por essa lente nos leva a reconhecer a escola não como um local de adequação, mas como um ambiente onde diversas formas de aprender e de viver em sociedade podem conviver e interagir.

Nesse contexto, estudiosos brasileiros como Mantoan (2015) e Gesser, Böck e Lopes (2020) enfatizam que a inclusão não ocorre simplesmente pela assimilação do “diferente” a um modelo educacional já existente, mas sim pela transformação das estruturas, práticas e concepções pedagógicas que fundamentam o ambiente escolar. Isso implica a necessidade de revisar currículos, métodos de avaliação e interações entre docentes, reconhecendo que aprender, comunicar-se e existir não se manifestam de uma única forma, mas sim através de uma diversidade de linguagens e trajetórias próprias.

Sob essa perspectiva, a escola se transforma em um ambiente propício para a interação com a diversidade, onde a valorização das diferentes identidades humanas se reflete em abordagens educacionais mais interativas, afetivas e emancipatórias.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-crítica e bibliográfica, voltada à análise interpretativa das produções teóricas sobre neurodiversidade e modelo social da deficiência. Insere-se na tradição das ciências humanas, que compreende o conhecimento como um processo histórico, social e dialógico, construído por meio da mediação simbólica e da crítica aos discursos que produzem sentidos sobre o humano (MINAYO, 2014; GAMBOA, 2007).

A escolha pela revisão da literatura vai além da mera coleta de conceitos ou autores; ela visa investigar como esses referenciais se formam, se conectam e geram impactos na criação de políticas e práticas sociais. Essa abordagem possibilita entender as controvérsias teóricas e ideológicas que permeiam o domínio da deficiência e do autismo, localizando o surgimento das ideias de neurodiversidade e do modelo social como formas de resistência e reconfiguração do conhecimento em resposta à predominância do modelo biomédico.



4. RESULTADOS

4.1 Contribuições e impactos das abordagens críticas

A articulação entre a neurodiversidade e o modelo social da deficiência traz mudanças teóricas e práticas significativas nas áreas da educação, saúde, políticas públicas e cultura. Essas abordagens transformam as interações entre corpo, mente e sociedade, ao colocar o indivíduo autista como ator central de sua própria história, em vez de ser visto apenas como alvo de intervenções ou processos de normatização.

No contexto educacional, essas perspectivas desafiam a posição que tradicionalmente foi dada ao estudante autista, que costuma ser visto como um “aluno-problema” ou “aluno que precisa ser ajustado”. Ao invés de forçar o aluno a se encaixar em normas de normalidade estabelecidas, sugere-se entender a escola como um ambiente que se adapta para abraçar a variedade de formas de aprender, interagir e se comunicar. Assim, a proposta é mudar o foco da adaptação do indivíduo para a responsabilidade das instituições e do processo pedagógico em criar contextos que sejam acessíveis, sensíveis e inclusivos.

Conforme argumenta Mantoan (2015), a inclusão vai além da mera presença do aluno na instituição de ensino; ela envolve a reformulação das abordagens pedagógicas e das narrativas que historicamente promovem a exclusão. Sob essa ótica, a neurodiversidade incita os educadores a reconsiderarem o processo educativo com base nas particularidades cognitivas de cada aprendiz, ampliando as oportunidades de manifestação, comunicação e envolvimento. Dessa forma, a escola deixa de ser um ambiente que avalia os alunos segundo um padrão de normalidade, transformando-se em um espaço de sentidos, escuta ativa e reconhecimento das diferenças.

Ademais, o diálogo entre a neurodiversidade e o modelo social da deficiência levanta questionamentos sobre práticas de avaliação que simplificam a aprendizagem a padrões uniformes e comparativos. Ao aceitar que as diferenças neurológicas geram formas válidas de inteligência, sensibilidade e criatividade, promove-se uma abordagem educacional que valoriza a divergência, a improvisação e até o silêncio como formas de presença e expressão. Essa visão se relaciona com as ideias de Vigotski (1997) sobre a constituição do sujeito nas interações sociais e nas mediações simbólicas, reafirmando que o desenvolvimento humano ocorre na diversidade de encontros e experiências



compartilhadas.

No âmbito da saúde, as visões sobre neurodiversidade e o modelo social da deficiência exigem uma mudança de paradigma: passando da ideia de correção e normalização para uma abordagem focada na atenção global e na ética da individualidade. Sob essa perspectiva, a clínica não é mais um local voltado para a erradicação de sintomas, mas sim um espaço de escuta e reconhecimento das diversas maneiras de existir no mundo. Ortega (2009) ao discutir o autismo em consonância com os estudos sobre deficiência, sugere que se deve enxergar o indivíduo autista não como alguém que possui uma “falha neurológica”, mas como uma pessoa que vivencia o mundo de forma única, legítima e significativa. Dessa forma, a atenção à saúde deve se basear em princípios de autonomia, respeito e interdependência, entendendo que o bem-estar não se resume à conformidade a um padrão, mas à possibilidade de viver com dignidade, sentido e senso de pertencimento.

Nesse contexto, as análises críticas sobre deficiência e autismo confrontam o capacitismo, que, segundo Campbell (2009), é o conjunto de normas, valores e práticas que estabelece uma hierarquia entre corpos e mentes, conferindo legitimidade a determinados modos de vida enquanto desmerece outros. Portanto, a luta contra o capacitismo se configura como uma tarefa que vai além da ética e da política, abrangendo também o campo do conhecimento: envolve contestar as maneiras através das quais os saberes geram “corpos corretos”, silenciando as diferenças e legitimando a exclusão. Ao defender a diversidade nas experiências humanas, essas abordagens abrem espaço para práticas clínicas e sociais que sejam mais dialogais, solidárias e que valorizem a diversidade.

As consequências dessas perspectivas vão além dos âmbitos institucionais da educação e da saúde, alcançando também as políticas públicas e culturais. Ao considerar a neurodiversidade como uma forma de análise, as políticas inclusivas passaram a ver o autismo não somente como um diagnóstico, mas como uma identidade sociopolítica, que busca garantir a participação, representação e protagonismo das próprias pessoas autistas.

Essa compreensão traz resultados tangíveis na elaboração de políticas relacionadas ao trabalho, à inclusão e à comunicação, ao mesmo tempo em que questiona práticas assistenciais que ainda são predominantes. A ênfase passa a ser na transformação das estruturas existentes, ao invés de apenas buscar a "inserção" do indivíduo nelas,



visando a remoção das barreiras físicas, simbólicas e comunicativas que limitam a cidadania das pessoas neurodivergentes.

Nesse horizonte, a neurodiversidade e o modelo social da deficiência baseiam-se em um princípio ético comum: o respeito à diversidade. É essencial explorar maneiras inovadoras de convivência, onde o autismo seja não apenas aceito ou mitigado, mas reconhecido como expressão legítima da complexidade humana.

Conforme aponta Larrosa (2002), a experiência é um evento que nos permeia e nos modifica. Nesse contexto, a interação com pessoas neurodiversas desafia as fronteiras do que se considera normal, humano ou capaz de ser comunicado. É possível que a principal contribuição dessas perspectivas esteja em tornar a diferença mais humana e em diversificar o que entendemos por ser humano, aceitando que a diversidade neurológica expande nossa visão sobre vida, comunicação e conexão.

O movimento da neurodiversidade nos instiga a conceber e desenvolver novas maneiras de interagir, onde o autismo não seja reprimido, ajustado ou apenas aceito superficialmente, mas verdadeiramente abraçado como um aspecto autêntico da diversidade humana. Ao valorizar a diferença, essa iniciativa enriquece nossa compreensão do que implica viver, aprender e se conectar, nos convidando a adotar uma ética pautada na escuta, no respeito e na convivência com as diversas formas de ser.

5. Considerações finais

Neste estudo, o objetivo foi analisar as contribuições dos conceitos de neurodiversidade e modelo social da deficiência como fundamentos críticos frente à hegemonia do paradigma biomédico. Adotando uma perspectiva teórica, crítica e dialógica, ficou evidenciado que essas abordagens facilitam mudanças nos âmbitos epistemológicos, éticos e políticos, impactando as áreas da educação, saúde e políticas públicas, ao reconfigurarem o indivíduo autista como protagonista de sua própria vivência, em vez de um mero objeto de normalização.

Na área educacional, tais concepções promovem a elaboração de abordagens pedagógicas fundamentadas na escuta ativa, na singularidade e na valorização das múltiplas formas de aprender e se expressar. No setor da saúde, essas concepções chamam à ética do cuidado integral e à valorização das diversas formas de experienciar o corpo e a mente. Além disso, no contexto social mais amplo, elas reafirmam o direito à



participação e à voz das pessoas autistas, ajudando a combater o capacitismo e a fortalecer políticas inclusivas que se comprometem com a diversidade.

O movimento pela neurodiversidade nos instiga a reconsiderar a essência do ser humano a partir das diferenças, ao invés de ignorá-las. Ele nos impulsiona a visualizar novas maneiras de convivência em que o autismo não seja silenciado, corrigido ou somente tolerado, mas verdadeiramente acolhido como uma expressão autêntica da riqueza e da complexidade da experiência humana. Ao entendermos que a diversidade neurológica enriquece nossa percepção de vida, linguagem e relacionamentos, criamos um espaço propício para uma ética do encontro, uma abordagem que valoriza a diferença e, ao fazê-lo, nos leva a redefinir o que significa ser humano.

Com base nas reflexões elaboradas neste trabalho, percebe-se que a neurodiversidade e o modelo social da deficiência representam rupturas epistemológicas e políticas frente ao paradigma biomédico. Ao compreender o autismo como uma manifestação da diversidade humana e ao criticar as limitações sociais que geram exclusão, essas perspectivas promovem a criação de uma sociedade mais equitativa, plural e colaborativa.

Para além da discussão teórica, é uma proposta ética: reconhecer os indivíduos autistas como titulares de direitos, vozes e saberes. Esse reconhecimento é essencial para que eles possam viver não apenas em função do autismo, mas também com e através dele, em toda sua potência.

Referências

ALMEIDA, Patrícia. **Autismo e inclusão: por uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Movimento Down, 2020.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM**. 5 ed. - Texto Revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ARAÚJO, Fernanda de. **Educação e diferença: desmedicalizar é incluir**. São Paulo: Cortez, 2019.

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

BAGLIERI, S.; SHAPIRO, A. *Disability Studies and the Inclusive Classroom: Critical Practices for Creating Least Restrictive Attitudes*. 1. ed. New York: Routledge, 2012.



CHARLTON, James I. *Nada sobre nós sem nós: opressão e empoderamento das pessoas com deficiência*. Berkeley: University of California Press, 1998. (Tradução livre do título).

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. São Paulo: Cortez, 2007.

GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

GOODLEY, Dan. **Dis/ability Studies: Theorising Disablism and Ableism**. London: Routledge, 2016.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. In: VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Cultura, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 19-33.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVER, Michael. *The Politics of Disablement*. London: Macmillan, 1990.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PELLICANO, Elizabeth; DEN HOUTEN, Melanie; STEARS, Michèle. *What should autism research focus upon? Community views and priorities from the United Kingdom*. *Autism*, 18(7), 756–770, 2014.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights and Wrongs**. London: Routledge, 2006.

SINGER, Judy. *Odd People In: The Birth of Community Amongst People on the "Autistic Spectrum"*. Sydney: University of Technology, 1998.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 10. ed. Campinas: Cortez, 2000.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

